



ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** E A EMPRESA_____.

Contrato nº _____/2.014.

Por este instrumento de contrato, de um lado a Prefeitura Municipal de Birigui, CNPJ nº 46.151.718/0001-80, situada na Praça James Mellor s/nº, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr Pedro Felício Estrada Bernabé, brasileiro, casado, RG nº 3.978.179-3, CPF/MF nº 362.332.348-91, doravante denominada Contratante, e de outro lado a empresa _____, CNPJ/MF nº _____, estabelecida na Rua _____, na cidade de _____, CEP: _____, Estado de _____, representada neste ato por seu _____, o Sr. _____, RG nº _____, CPF nº _____, adiante denominada CONTRATADA, tornam justo e acordado na presença das duas testemunhas ao final assinadas, o seguinte: final assinadas, o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1- Elaboração de projetos executivos (elétrico; hidráulico; sistema de proteção de combate a incêndio, sistema de proteção de descarga atmosférica (SPDA); oxigênio e estrutura), planilha orçamentária, memorial descritivo, memória de cálculo dos quantitativos e cronograma físico-financeiro para reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde do bairro Tijuca Residencial Parque, conforme projeto arquitetônico e pré-memorial descritivo elaborados pela Secretaria de Obras, fazendo os mesmos parte integrante do Anexo II do Edital da Concorrência Pública nº 07/2.014.

1.1.1 Será de responsabilidade da contratada o fornecimento de toda a mão de obra necessária para execução dos serviços, encargos e equipamentos, inclusive Equipamento de Segurança Individual – EPI de seus funcionários



e uniforme, devendo observância obrigatória às Normas de Saúde e Segurança no Trabalho, constantes da Consolidação das Leis do Trabalho, da Portaria n.º 3.214/78, do ministério do Trabalho e de outras disposições relacionadas com a matéria e específicas para o presente objeto.

1.1.2 A Contratada deverá elaborar folha de pagamento específica para os serviços objeto do contrato apresentando relação nominal dos empregados designados para execução dos serviços, com CPF, cargo, valor do salário mensal, carga horária mensal trabalhada, período trabalhado, valor do INSS e do FGTS, Número de Identificação do Trabalhador - NIT, entre outras informações que se fizerem necessárias à verificação do efetivo e tempestivo controle do recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários (FGTS e INSS);

1.1.3 A Contratada deverá informar mensalmente em SEFIP/GFIP (Sistema Empresa/Guia de recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social) as remunerações de todos os empregados envolvidos na execução dos serviços, de acordo com a legislação e os padrões estabelecidos pela Previdência Social e pela Caixa Econômica Federal, encaminhando cópia à Prefeitura;

1.1.4 A Contratada deverá apresentar à Prefeitura cópia do recibo de remessa da GFIP;

1.1.5 A Contratada deverá apresentar à Prefeitura as guias de INSS e do FGTS comprovando o efetivo recolhimento.

1.1.6 Compreendem os Projetos Executivos:

1.1.6.1 Elétrico (iluminação interna e externa, tomadas, interruptores, padrão de entrada de energia – CPFL, telefonia, ar condicionado e lógica);

1.1.6.2 Hidráulica (água fria, água quente (aquecedor solar), esgoto e água pluvial);

1.1.6.3 Sistema de proteção de combate a incêndio;

1.1.6.4 Sistema de proteção de descarga atmosférica (SPDA);

1.1.6.5 Oxigênio;

1.1.6.6 Estrutura:

1.1.6.6.1 Fundação;



1.1.6.6.2 Concreto armado (vigas e pilares);

1.1.6.6.3 Estrutura metálica para cobertura (tesouras, terças, travamentos, calhas, rufos, condutores de águas pluviais e telhas);

1.1.7 Compreendem as Planilhas Orçamentárias: Constar a fonte de pesquisa dos preços e seus respectivos códigos (Referência: SINAPI-SP), bem como BDI que observe o acórdão nº 2622/13 – Plenário do Tribunal de Contas da União;

1.1.8 Compreendem os Memoriais Descritivos: todos os serviços e materiais utilizados na obra deverão ser detalhados;

1.1.9 Compreendem as Memórias de Cálculos: deverá ser feito memória de cálculo de todos os quantitativos da planilha orçamentária;

1.1.10 A Contratada, no momento da entrega do objeto contratado, fornecerá Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de todos os projetos, devidamente quitadas e assinadas pelo responsável técnico;

1.1.11 A Contratada deverá elaborar todos os projetos de acordo com as normas vigentes e aprovados nos órgãos competentes;

1.1.12 A Contratada deverá executar os projetos em Auto Cad, e os documentos produzidos deverão ser entregues em 03 (três) vias impressas e assinadas pelos responsáveis técnicos, e também deverão ser entregues 02 (dois) CD's contendo todos os documentos elaborados objeto desta licitação;

1.1.13 A Contratada deverá entregar todo o objeto contratado junto à Secretaria de Saúde;

1.1.14 A Contratada deverá disponibilizar assistência à Prefeitura e, posteriormente, ao executor da obra, no caso de dúvidas durante a execução dos projetos;

1.1.15 Durante a execução do objeto deste contrato deverão ser consultadas as Secretarias de Obras e Saúde para definição dos detalhes dos materiais utilizados na obra, ou para sanar dúvidas;

1.1.16 A Contratada, bem como seu responsável técnico, não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação que contratará empresa para execução da obra, nos termos do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93;



1.1.17 A contratada e eventuais subcontratadas deverão observar obrigatoriamente as normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, conforme os compromissos oriundos do Termo de Ajuste de Conduta nº 97/2014/MPT/PRT/ 15ª REGIÃO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA

Cláusula 2ª - DO PREÇO

2.1- A **Contratada** obriga-se à executar os serviços descritos no objeto deste contrato com base nos preços unitários e total ofertados, fixos e irredutíveis.

2.2- Dá-se ao presente contrato o valor global total de: R\$_____ (_____).

2.3- Nos preços acima estão inclusos todos os custos dos insumos, impostos, transporte e demais obrigações da **Contratada** até a aceitação final por parte da **Prefeitura**.

Cláusula 3ª - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1- A Contratada deverá executar todos os serviços propostos no prazo de 60 (sessenta) dias, após o recebimento da Ordem de Serviço expedida pela Secretaria de Obras, na proporção estabelecida e conforme documentos constantes da pasta de especificações; quando da não especificação, prevalecerão as exigências das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

3.1.1 A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços até 03 (três) dias úteis após o recebimento da Ordem de Execução de Serviços, expedida pela Secretaria de Obras.

3.2 O contrato vigorará por 10 (dez) meses a contar de sua assinatura.

3.3 Eventual prorrogação de prazo de execução deverá ser justificada por escrito, autuando-se no processo prova da ocorrência de algum dos motivos elencados no art. 57, §1º, incisos I a VI da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula 4ª - DO PAGAMENTO



4.1- A Prefeitura efetuará o pagamento à Contratada da seguinte forma:

4.1.1 A Prefeitura efetuará o pagamento à Contratada no prazo de até 15 (quinze) dias após a prestação completa dos serviços, após análise e aprovação da fiscalização que fará o acompanhamento dos serviços, e apresentação dos documentos de cobrança.

4.1.2 O ISS sobre cada fatura será retido na fonte, conforme Lei Complementar nº 9 de 29/12/2003;

4.1.3 Para fins de recebimento, a contratada deverá apresentar apresentar a comprovação de regularidade com o Sistema de Seguridade Social juntamente com cada documento de cobrança emitido.

4.4- A Prefeitura efetuará os pagamentos, através de Ordem de Pagamento ou crédito em Conta Corrente da Contratada, junto ao Banco _____ – Agência – _____ - C/C nº _____.

Cláusula 5ª - DOS RECURSOS

5.1- Referida contratação onerará(ão) a(s) dotação(ões):

5.1.1 nº 02.10.01 – 10.301.0047.1.068/4.4.90.51.00 – Ficha nº 575 – Secretaria de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Centro de Custo 276-QUALIS UBS – REFORMA UBS 06.

Cláusula 6ª – DAS PENALIDADES

6.1 A contratada que descumprir alguma das exigências deste contrato estará sujeita à aplicação das seguintes Sanções Administrativas:

6.1.1 Advertência;

6.1.2 Em caso de atraso, multa de 5% (cinco por cento) e juros de mora de 0,03% (três décimos de por cento) por dia de atraso na prestação dos serviços, limitados a 5% (cinco por cento) do valor da obrigação não cumprida;

6.1.3 Multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação não cumprida no caso de inexecução parcial do objeto deste Contrato;

6.1.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução total do objeto deste Contrato;



6.1.5 Suspensão temporária, pelo prazo de até 02 (dois) anos de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Birigui no caso de inexecução parcial ou total do objeto deste Contrato.

6.1.6 Pelo descumprimento das cláusulas 1.1.1 e 1.1.17 do presente instrumento contratual e de exigências formalizadas pelos fiscais e gestores do contrato, acerca da observância de normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada constatação, acrescida de multa no importe de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por infração às referidas normas, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme o caso.

6.1.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Prefeitura Municipal de Birigui pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na cláusula 6.1.5 acima.

6.2 As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outra; as multas previstas têm caráter moratório, consequentemente, o seu pagamento não exime a **Contratada** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Cláusula 7ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1- A **Prefeitura** poderá rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial nas seguintes hipóteses:-

7.1.1 não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

7.1.2 lentidão na execução dos serviços, levando a Administração/Contratante a comprovar a impossibilidade de conclusão nos prazos estipulados;

7.1.3 paralisação da execução sem justa causa e prévia comunicação;



7.1.4 subcontratação total ou parcial do objeto, associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e no contrato;

7.1.5 o atraso injustificado no início dos serviços;

7.1.6 a paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

7.1.7 o desatendimento das determinações legais regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

7.1.8 o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93;

7.1.9 a decretação de falência ou a instauração de insolvência;

7.1.10 a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

7.1.11 a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

7.1.12 razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

Cláusula 8ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1- A **Contratada** deverá fornecer todos os equipamentos, materiais e mão de obra necessários para a realização dos serviços;

8.2- A **Contratada** deverá executar os serviços rigorosamente de acordo com os documentos constante da pasta de especificações, bem como outras disposições previstas neste contrato; os prazos, inclusive;

8.3- A **Contratada** responsabilizar-se-á por acidentes e prejuízos que venha a causar a terceiros, por sua culpa, negligência ou imperícia;

8.4- A **Contratada** não transferirá no todo ou em parte, serviços objeto do contrato, sem autorização expressa da Prefeitura Municipal, ressalvadas as su-



bempreitadas de serviços especializados, as quais serão previamente comunicadas ao Setor responsável para autorização;

8.5- Correrá por conta da **Contratada** todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme disposição do Art. 71 da Lei Federal 8.666/93.

8.6 Os funcionários da **Contratada** deverão usar E.P.I. e E.P.C., quando necessários e de acordo com a lei que rege a matéria de Segurança e Medicina do Trabalho.

Cláusula 9ª- DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

9.1- A Prefeitura Municipal exercerá a fiscalização dos serviços, através das Secretarias de Obras e Saúde, ou por meio de empresa contratada, sem reduzir nem excluir a responsabilidade da Contratada;

9.2- A fiscalização ficará assegurado o direito de:

9.2.1- exigir o cumprimento integral do projeto, prazos, especificações, detalhes e também das normas técnicas de execução dos serviços;

9.2.2- rejeitar todo e qualquer material e/ou serviço de má qualidade ou não especificado, e estipular o prazo para a sua correção, sem ônus para a Administração;

9.2.3- exigir a imediata substituição do técnico ou funcionário que não correspondam técnica ou disciplinarmente as necessidades dos serviços, sem prejuízo do cumprimento das condições contratuais;

9.2.4- decidir quanto a aceitação do material e/ou serviço “similar” ou especificado, sempre que ocorra motivo de força maior;

9.2.5- fazer cumprir as obrigações inerentes ao Termo de Ajuste de Conduta nº 97/2014/MPT/PRT 15ª REGIÃO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, exigindo a observância de normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, na forma prevista no art. 67 e seus parágrafos, combinado com art. 12, VI, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como as cláusulas 1.1.1 e 1.1.6 do presente instrumento contra-



tual, sob pena de penalização na forma da cláusula 6ª do presente instrumento contratual.

9.3- qualquer comunicação, ordem de serviço, reclamação, imposição de multas, intimação etc., entre a Contratada e o Setor responsável da Prefeitura, será feita por escrito, devidamente protocolada, sem prejuízo da obrigação estipulada na cláusula 11.1.1.3 deste Contrato.

Cláusula 10ª - DA CAUÇÃO

10.1. Para garantia da execução do contrato, a Prefeitura exigirá, antes da assinatura dele, que a licitante declarada vencedora caucione em favor da Prefeitura a importância correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global dos serviços e pelo prazo de vigência do contrato; nos termos do art. 56 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais nºs 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99, ou seja, a Caucionante poderá optar por uma das seguintes modalidades:

10.1.1- em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo este ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

10.1.2. por seguro garantia;

10.1.3. por fiança bancária.

10.2. A garantia prestada pela contratada será liberada e restituída após a expiração da vigência do contrato; e, quando em dinheiro será devolvida atualizada monetariamente.

10.3. Para solicitar a devolução da caução, a contratada deverá protocolar na Seção de Protocolo, na Rua Oswaldo Cruz, 146, Centro, requerimento com a apresentação da 1ª via do recibo.

10.4 O seguro-garantia deverá conter nas condições especiais a seguinte ressalva: "Para todos os efeitos desta cláusula, não se observa o disposto no item 9.2 das condições gerais (Circular Susep No. 232 de 03 de junho de 2003), tendo em vista o que estabelece o inciso III do art. 80 da Lei No. 8.666/93".



10.5 A fiança bancária deverá conter:

10.5.1 Prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato;

10.5.2 Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento que for devido, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

10.5.3 Não poderá constar ressalva quanto à cobertura de multa administrativa, em consonância com o inciso III do artigo 80 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA 11 – DA GESTÃO

11.1 Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, fica(m) definido(s) como Gestor(es) do presente contrato o(s) Sr(s) Rubens Franco da Silveira, Maurício Pereira, lotados nos cargos de Secretário de Obras e Diretor do Depto. de Obras e Projetos, respectivamente, na Secretaria de Obras, e Elaine Aparecida dos Santos, Lotada no Cargo de Secretária Adjunta de Saúde, na Secretaria de Saúde, ou outro(s) que venha(m) substituí-los para fiscalizar e acompanhar a realização do serviço do objeto contratual.

11.1.1 Dentre outras obrigações, caberá aos gestores do Contrato:

11.1.1.1 Acompanhar se os empregados que trabalham nos serviços correspondem àqueles constantes dos assentamentos da folha de pagamento e se recebem regularmente os salários, fazendo juntar mensalmente às medições termo de acompanhamento;

11.1.1.2 Providenciar, através de agentes do SESMT, acompanhamentos sistemáticos a fim de observar se a Empresa está cumprindo, em relação a seus empregados, as normas relativas à área de segurança e medicina do trabalho, procedendo aos registros e notificações pertinentes;

11.1.1.3 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, datando-as e coletando a assinatura do preposto aceito conforme o art. 68 da Lei Federal nº 8.666/93;



11.1.1.4 Informar prontamente a Diretoria de Materiais/Seção de Licitações sobre eventual inadimplemento, atrasos ou qualquer irregularidade na execução contratual.

11.1.1.5 Fazer cumprir as obrigações inerentes ao Termo de Ajuste de Conduta nº 97/2014/MPT/PRT 15ª REGIÃO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, exigindo a observância de normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas na forma prevista no art. 67 e seus parágrafos, combinado com art. 12, VI, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como as cláusulas 1.1.1 e 1.1.6 do presente instrumento contratual, sob pena de penalização na forma da cláusula 6ª do presente instrumento contratual.

Cláusula 12ª - DO FORO

12.1- Fica eleito o Foro da Comarca de Birigui, para solução de qualquer pendência que surgir na execução deste contrato ou na sua inadimplência, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja.

12.2- E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que surta os efeitos legais e de direito.

12.3 Prefeitura de Birigui, aos _____ de _____ de dois mil e quatorze.

Pedro Felício Estrada Bernabé
Prefeito Municipal

Contratada

Rubens Franco da Silveira
Secretário de Obras

Glauco Peruzzo Gonçalves
Secretário de Negócios Jurídicos
OAB/SP 137.763

Andréa Benvenuta Antônio
Secretária de Saúde

= T E S T E M U N H A S =

e

RG

RG